



UNIÃO DAS FREGUESIAS
CUSTÓIAS *
LEÇA DO BALIO
GUIFÕES †



Relatório de gestão e contas 2016

Data: 10 de março de 2017

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA	4
IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS	4
POLÍTICA ORÇAMENTAL	6
<i>Síntese da execução orçamental</i>	6
<i>Equilíbrio Orçamental</i>	7
<i>Análise da Receita</i>	8
<i>Estrutura</i>	8
<i>Evolução</i>	11
<i>Análise da Despesa</i>	13
<i>Estrutura</i>	13
<i>Evolução</i>	18
<i>Operações de tesouraria</i>	21
<i>Conta de gerência</i>	22
PRESTAÇÃO DE CONTAS	23
<u><i>Anexos</i></u>	

Índice de Quadros

<i>Q.1 - Composição do órgão executivo</i>	4
<i>Q.2 - Composição do órgão deliberativo</i>	5
<i>Q.3 - Orçamento corrigido</i>	6
<i>Q.4 - Síntese da execução orçamental</i>	6
<i>Q.5 - Rácios orçamentais</i>	7
<i>Q.6 - Evolução do saldo corrente</i>	7
<i>Q.7 - Execução orçamental da receita por classificação económica</i>	8
<i>Q.8 - Estrutura e execução das transferências correntes recebidas</i>	9
<i>Q.9 - Estrutura e execução das taxas, multas e outras penalidades</i>	10
<i>Q.10 - Estrutura e execução da venda de bens e serviços correntes</i>	10
<i>Q.11 - Evolução global da receita cobrada</i>	11
<i>Q.12 - Execução orçamental da despesa por classificação económica</i>	14
<i>Q.13 - Massa salarial (apenas consideradas remunerações certas e permanentes)</i>	15
<i>Q.14 - Composição do pessoal</i>	15
<i>Q.15 - Evolução global da despesa paga</i>	18
<i>Q.16 - Evolução das despesas com pessoal</i>	18
<i>Q.17 - Evolução das despesas com aquisição de bens e serviços</i>	19
<i>Q.18 - Evolução das transferências correntes concedidas</i>	20
<i>Q.19 - Mapa de operações de tesouraria</i>	21
<i>Q.20 - Resumo da conta de gerência</i>	22

Índice de Figuras

<i>F.1 - Evolução da distribuição das fontes de receita</i>	11
<i>F.2 - Evolução da distribuição das transferências correntes recebidas</i>	12
<i>F.3 - Evolução da distribuição das receitas próprias</i>	13
<i>F.4 - Distribuição da despesa em correntes e de capital</i>	14
<i>F.5 - Distribuição da despesa com aquisição de bens e serviços por objetivos</i>	17
<i>F.6 - Evolução da estrutura da despesa paga</i>	20
<i>F.7 - Evolução dos recebimentos, pagamentos e saldo de gerência</i>	22

INTRODUÇÃO

O presente relatório, preconizado pelo nº 13 do POCAL, pretende dar a conhecer aos responsáveis e demais utentes da informação financeira da União de Freguesias de Custóias, Leça do Balio e Guifões, a execução e evolução da política orçamental desenvolvida pela autarquia e da sua situação financeira a 31 de dezembro de 2016.

Pretende-se com este documento espelhar, de uma forma simples e transparente, a atividade financeira desenvolvida pelo executivo da União de freguesias, nos seus diferentes sectores de atividade. Para isso recorreu-se a quadros, gráficos e demais indicadores que permitem enriquecer a análise financeira de um ponto de vista dinâmico

Constituem os principais objetivos deste relatório:

- Apresentar uma síntese da situação económica e financeira relativa ao exercício económico de 2016, bem como a evolução da política orçamental nos últimos exercícios.
- Explicitar os níveis de execução orçamental da receita e da despesa, destacando os aspetos de maior relevância.

O planeamento serviu de base à construção do presente relatório, seguindo-se a fase de recolha e tratamento da informação relativa à autarquia. Para uma análise afincada e fidedigna foi necessária a análise dos seguintes documentos:

- Documentos previsionais
- Mapas de execução orçamental
- Mapas de modificações orçamentais
- Mapas de operações de tesouraria
- Reconciliações bancárias
- Mapas de processamento de vencimentos

ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

A Contabilidade das autarquias locais, respeita o Plano Oficial das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril e Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro.

Para a gerência de 2016, mantem-se o regime simplificado de organização da contabilidade, sendo que este regime é aplicável às autarquias locais cujo movimento de receita seja inferior a 5000 vezes o índice 100 da escala indiciária do regime geral da função pública (1.716.400,00€). Este regime contabilístico, assenta numa contabilidade orçamental como sistema contabilístico que recorre ao método de escrituração unigráfico.

As autarquias locais obedecem ao classificador económico das receitas e das despesas na preparação dos documentos previsionais, constante no Decreto-Lei nº26/2002, de 14 de fevereiro.

IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

Órgão executivo

A composição do órgão executivo da junta, responsável pelo exercício de 2016, é a representada na tabela abaixo.

Títular	Cargo
Pedro Miguel Almeida Gonçalves	Presidente
José Augusto Vilela Tunes	Secretário
Francisco Silva Araújo	Tesoureiro
Amândio António Monteiro dos Santos	Vogal
Nuno André Coelho Alves do Cabo	Vogal
Júlio Abraão Marques Lourenço	Vogal
Sandra Oliveira Pirraco da Silva	Vogal

Q.1 - Composição do órgão executivo

De acordo com o disposto no art. 16º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Junta de Freguesia, nomeadamente:

- Elaborar e manter atualizado o cadastro dos bens móveis e imóveis;
- Elaborar e submeter a aprovação da assembleia de freguesia ou do plenário de cidadãos eleitores as opções do plano e a proposta do orçamento;

- Elaborar e submeter a aprovação da assembleia de freguesia ou do plenário de cidadãos eleitores as revisões às opções do plano e ao orçamento;
- Executar as opções do plano e orçamento, bem como aprovar as suas alterações;
- Elaborar e aprovar a norma de controlo interno, quando aplicável nos termos da lei, bem como o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e ainda os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação do órgão deliberativo;
- Remeter ao Tribunal de Contas, nos termos da lei, as contas da freguesia.

Órgão deliberativo

O órgão deliberativo da freguesia, constitui a Assembleia de Freguesia, apresentando a Mesa da Assembleia, para o exercício de 2016, a seguinte composição:

Titular	Cargo
Ana Patrícia Gomes Fernandes	Presidente
Andreia Sofia dos Santos Ribeiro	1ª Secretária
Maria Florisa Teixeira Pereira	2ª Secretária

Q.2 - Composição do órgão deliberativo

Compete à Assembleia de Freguesia, nomeadamente:

- Acompanhar e fiscalizar a atividade da freguesia, sem prejuízo do exercício normal da competência desta;
- Apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do presidente da junta acerca da atividade por si ou pela junta exercida, no âmbito da competência própria ou delegada, bem como da situação financeira da freguesia;
- Aprovar as opções do plano, a proposta de orçamento e as suas revisões;
- Apreciar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas;
- Aprovar, nos termos da lei, os quadros de pessoal dos diferentes serviços da freguesia;
- Estabelecer as normas gerais de administração do património da freguesia ou sob sua jurisdição.

POLÍTICA ORÇAMENTAL

Os Documentos Previsionais definidos pelo POCAL constituem um instrumento de importância primordial para a gestão autárquica, pois neles estão definidas as linhas de desenvolvimento estratégico a médio e longo prazo e a política financeira de curto prazo.

Consubstanciados nos documentos previsionais, o Orçamento e Plano plurianual de investimentos permitem conhecer as previsões estabelecidas pelos órgãos representativos da Freguesia, para uma determinada gerência económica.

Seguidamente apresentamos a análise à estrutura e evolução da política orçamental desenvolvida pela autarquia.

O Orçamento corrigido para o exercício de 2016, apresentava no final do ano, a seguinte decomposição:

RECEITAS		%	DESPESAS		%	SALDO	
Receitas correntes	1 700 413,00	93,80%	Despesas Correntes	1 582 367,00	87,29%	Saldo corrente	118 046,00
Receitas de Capital	0,00	0,00%	Despesas de Capital	230 459,52	12,71%	Saldo capital	-230 459,52
Sd. Gerência Anterior	112 413,52	6,20%				Sd. Gerência Anterior	112 413,52
	1 812 826,52	100,00%		1 812 826,52	100,00%		0,00

Q.3 - Orçamento corrigido

O Saldo da Gerência Anterior, incorporado no orçamento através de revisão orçamental (aprovada em 17.06.2016), foi aplicado na sua totalidade a Despesa de Capital, não comprometendo, desta forma, o cumprimento da regra do equilíbrio orçamental.

Síntese da execução orçamental

A execução orçamental do ano de 2016, refletida no quadro que se segue, resultou numa **Receita total** que ascendeu a **1.701.478,50 euros**, e de realização de **Despesa Total** no valor **1.515.463,57 euros**, culminando num **saldo anual positivo** no montante de **186.014,93 euros**.

RECEITAS		%	DESPESAS		%	SALDO	
Receitas correntes	1 698 545,54	99,83%	Despesas Correntes	1 409 776,13	93,03%	Saldo corrente	288 769,41
Receitas de Capital	2 932,96	0,17%	Despesas de Capital	105 687,44	6,97%	Saldo capital	-102 754,48
	1 701 478,50	100,00%		1 515 463,57	100,00%		186 014,93

Q.4 - Síntese da execução orçamental

Em suma, na atividade desenvolvida ao longo do ano de 2016, foi atingido um **grau de execução da Receita de 100,06%** (excluindo-se para o efeito o saldo da gerência anterior) e da **Despesa Paga de 83,59%**.

De seguida, apresentamos alguns rácios orçamentais da estrutura e evolução da execução orçamental ao longo dos últimos exercícios, permitindo essencialmente a verificação e acompanhamento de informação relativa à atividade financeira da autarquia.

Rácios	Fórmula	2014	2015	2016	Função
Grau de cobertura global das receitas e das despesas	Receita total/Despesa total	94,16%	99,83%	112,27%	Capacidade das receitas totais cobrirem as despesas totais
	Receita corrente/Despesa corrente	104,37%	111,37%	120,48%	Capacidade das receitas correntes cobrirem as despesas correntes
	Receitas próprias/Despesa total	23,48%	28,98%	35,70%	Grau de cobertura da despesa total pelas receitas próprias da autarquia
	Transferências da administração central/Despesa total	22,93%	23,82%	26,79%	Grau de cobertura da despesa total pelo fundo de financiamento das freguesias
	Pessoal/Receita próprias	166,30%	123,52%	114,42%	Grau de cobertura das despesas com pessoal pelas receitas próprias
Estrutura da receita	Receitas próprias/Receita total	24,93%	29,03%	31,80%	Peso da receita própria da autarquia no total das receitas arrecadadas
	Transferências da administração local/Receita total	42,44%	38,72%	38,46%	Peso das transferências da administração local na receita total
	Transferências da administração central/Receita total	24,35%	23,86%	23,86%	Peso das transferências da administração central na receita total
Estrutura da despesa	Despesa capital/Despesa total	9,91%	10,54%	6,97%	Peso da despesa de capital na despesa total
	Pessoal/Despesa total	39,04%	35,80%	40,85%	Peso da despesa com o pessoal na despesa total
	Aquisição de bens e serviços correntes/Despesa Total	38,20%	37,45%	38,35%	Peso da despesa com a aquisição de bens e serviços na despesa total

Q.5 - Rácios orçamentais

Equilíbrio Orçamental

A regra do equilíbrio orçamental preconizada no POCAL e reforçada pelo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, constante da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, determina que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes.

A execução orçamental da União de freguesias cumpriu com esta regra, formando um saldo corrente em 2016 de 288.769,41 euros, possibilitando reforçar o financiamento de despesas de capital.

Descrição	2014	2015	2016
Receita corrente cobrada	1 574 223,26	1 686 564,75	1 698 545,54
Despesa corrente paga	1 508 319,02	1 514 365,89	1 409 776,13
Saldo corrente	65 904,24	172 198,86	288 769,41

Q.6 - Evolução do saldo corrente

A evolução do saldo corrente refletido nos últimos anos comprova o bom desempenho orçamental da autarquia, que vem permitindo libertar meios financeiros para aplicação em investimentos.

Análise da Receita

Estrutura

As receitas da autarquia podem ser divididas em dois tipos – as **receitas próprias**, que englobam os recursos financeiros que os mesmos podem arrecadar do normal funcionamento da autarquia e decorrem da cobrança de impostos, taxas e pela venda de bens e serviços correntes e, de **transferências**, que podem assumir uma natureza corrente ou de capital.

A estrutura e a execução da receita encontram-se representadas no quadro seguinte, onde se pode observar que a receita é constituída maioritariamente por *Transferências Correntes* (68,20%) e *Taxas, Multas e Outras Penalidades e Vendas de Bens e Serviços correntes*, que representam, conjuntamente, 26,35% da receita total arrecadada.

Capítulo	Orçamento corrigido	Execução	Grau de execução	Peso (%)
01. Impostos Directos	52 298,00	73 555,98	140,65%	4,32%
04. Taxas, Multas e Outras Penalidades	343 825,00	324 642,63	94,42%	19,08%
05. Rendimentos da Propriedade	23,00	4,88	21,22%	0,01%
06. Transferências Correntes	1 172 484,00	1 160 472,00	98,98%	68,20%
07. Venda de Bens e Serviços Correntes	130 583,00	123 670,05	94,71%	7,27%
08. Outras Receitas Correntes	1 200,00	16 200,00	1350,00%	0,95%
15. Rep. não Abatidas nos Pagamentos	0,00	2 932,96	100,00%	0,17%
Total	1 700 413,00	1 701 478,50	100,06%	100,00%

Q.7 - Execução orçamental da receita por classificação económica

Da análise ao anterior, verifica-se um grau de execução da receita de 100,06% (excluindo da análise o efeito do saldo da gerência anterior), para o qual contribuiu uma cobrança em linha com as previsões na generalidade dos capítulos, verificando-se, inclusive, alguns graus de execução superiores a 100%, do qual destacamos o capítulo *01. Impostos Directos (140,65%)*, referente ao produto da receita do IMI sobre prédios rústicos e uma participação no valor de 1% da receita do IMI sobre prédios urbanos.

O grau de execução verificado, em linha com previsões iniciais aquando da elaboração do orçamento para o ano de 2016, é o reflexo do estrito cumprimento das regras previsionais previstas no POCAL aliado a um certo grau de prudência nas previsões efetuadas.

Analisando os capítulos com maior impacto na receita cobrada, somos a tecer os seguintes comentários:

Transferências correntes

Representando cerca de 68,20% da receita total, pode se verificar no quadro seguinte que são constituídas, essencialmente, por transferências efetuadas ao abrigo do acordo de execução celebrado com Município de Matosinhos e das transferências do Orçamento de Estado para as Freguesias (Fundo Financiamento Freguesias e compensação do vencimento do eleito local), sendo conjuntamente responsáveis por 90,55% do total da receita deste capítulo.

06. Transferências Correntes		Orçamento	Execução	Peso (%)	Grau de execução
06.01.02	Privadas	3 167,00	5 036,12	0,43%	159,02%
06.03.01.04	Fundo de Financiamento de Freguesias	367 259,00	371 766,00	32,04%	101,23%
06.03.01.05	Remunerações Eleitos Locais	37 888,00	34 276,18	2,95%	90,47%
06.03.01.99	Outras	5,00	0,00	0,00%	0,00%
06.03.07.01.01	Apresentações quinzenais	13 835,00	11 947,80	1,03%	86,36%
06.03.07.01.02	Gabinete de Inserção Profissional	11 319,00	9 991,28	0,86%	88,27%
06.03.07.01.03	Programas ocupacionais	84 515,00	71 194,46	6,14%	84,24%
06.03.07.01.04	Programas de estágio	5,00	0,00	0,00%	0,00%
06.05.01.01.01	Delegação de competências - CMM	644 774,00	644 771,42	55,56%	100,00%
06.05.01.01.07	Recenseamento e Atos Eleitorais	9 707,00	9 556,74	0,82%	98,45%
06.07.01	Instituições sem fins lucrativos	5,00	1 932,00	0,17%	38640,00%
06.08.01	Famílias	5,00	0,00	0,00%	0,00%
		1 172 484,00	1 160 472,00	100,00%	98,98%

Q.8 - Estrutura e execução das transferências correntes recebidas

Este capítulo apresentou no final do ano um grau de execução de 98,98%, o que representa, em termos absolutos, um desvio de aproximadamente 12 mil euros, face ao inicialmente previsto. Concorrem para este desvio as seguintes rubricas que não atingiram o montante previsto:

- ✓ 06.03.01.05 - "Remuneração eleitos locais", das 14 remunerações contempladas, apenas 13 foram transferidas pela DGAL;
- ✓ 06.03.07.01.01 - "Apresentações quinzenais", com o fim do acordo no ano de 2016, a última transferência prevista para o 4º trimestre já não se veio a realizar;
- ✓ 06.03.07.01.03 - "Programas ocupacionais", assiste-se a um ligeiro desvio entre montantes aprovados pelo IEFP e o efetivamente transferido, sendo certo que determinados programas se encontram em execução e desde logo transitarão verbas por transferir para o ano de 2017.

Taxas, multas e outras penalidades

Responsável por 19,08% da receita cobrada, este capítulo ficou ligeiramente abaixo do inicialmente expectável com um grau de execução de 94,42%.

04. Taxas, Multas e Outras Penalidades	Orçamento	Execução	Peso (%)	Grau de execução
04.01.23.01.01 Feira Custóias	121 105,00	117 800,07	36,29%	97,27%
04.01.23.01.02 Feira Santana	68 977,00	65 875,06	20,29%	95,50%
04.01.23.01.03 Mercados e Feiras Anuais	2 237,00	1 758,35	0,54%	78,60%
04.01.23.04 Canídeos	7 971,00	5 844,00	1,80%	73,32%
04.01.23.99.03 Emolumentos Secretaria	6 313,00	5 618,60	1,73%	89,00%
04.01.23.99.06 Cemitérios	137 112,00	127 650,95	39,32%	93,10%
04.01.23.99.99 Diversos	5,00	0,00	0,00%	0,00%
04.02.99 Multas e penalidades Diversas	105,00	95,60	0,03%	91,05%
Total	343 825,00	324 642,63	100,00%	94,42%

Q.9 - Estrutura e execução das taxas, multas e outras penalidades

Como podem constatar pelo quadro anterior, as rubricas ficaram todas ligeiramente aquém do esperado, das quais se destaca a Rubrica – 04.01.23.99.06 - “Cemitérios”, com uma execução de 93,10%, o que representa um desvio de aproximadamente 9,5 mil euros.

Venda de bens e serviços

As vendas de bens e serviços correntes representaram um peso de 7,27% da receita total cobrada, tendo fechado o ano com um grau de execução de 94,71%.

07. Vendas de bens e serviços correntes	Orçamento	Execução	Peso (%)	Grau de execução
07.01.03 Publicações e impressos	5,00	0,00	0,00%	0,00%
07.01.99 Outros	5,00	500,00	0,40%	10000,00%
07.02.01 Aluguer de espaços e equipamentos	5,00	52,60	0,04%	1052,00%
07.02.08.01 Serviços sociais	5,00	1 450,00	1,20%	29800,00%
07.02.08.02.01 Serviços Recreativos - Turismo Sénior	13 000,00	7 650,00	6,19%	58,85%
07.02.08.04.01 Férias Desportivas	8 220,00	8 865,00	7,17%	107,85%
07.02.09.05 Inumações, Exumações e transladações	31 344,00	29 284,72	23,68%	93,43%
07.02.09.07 Parques de estacionamento	33 446,00	31 667,01	25,61%	94,68%
07.02.99.01 Postos CTT	10 118,00	9 735,72	7,87%	96,22%
07.02.99.03 Posto Atendimento Cidadão	5,00	0,00	0,00%	0,00%
07.03.02 Rendas de edifícios	34 425,00	34 425,00	27,84%	100,00%
07.03.99 Outras	5,00	0,00	0,00%	0,00%
Total	130 583,00	123 670,05	100,00%	94,71%

Q.10 - Estrutura e execução da venda de bens e serviços correntes

Para a execução verificada no quadro anterior, que se traduz numa receita arrecadada muito próxima do inicialmente previsto para este capítulo, apurou-se um desvio em cerca de 7 mil euros, justificado pela rubrica – “serviços recreativos – Turismo Sénior”, que registou um grau de execução de apenas 58,85%.

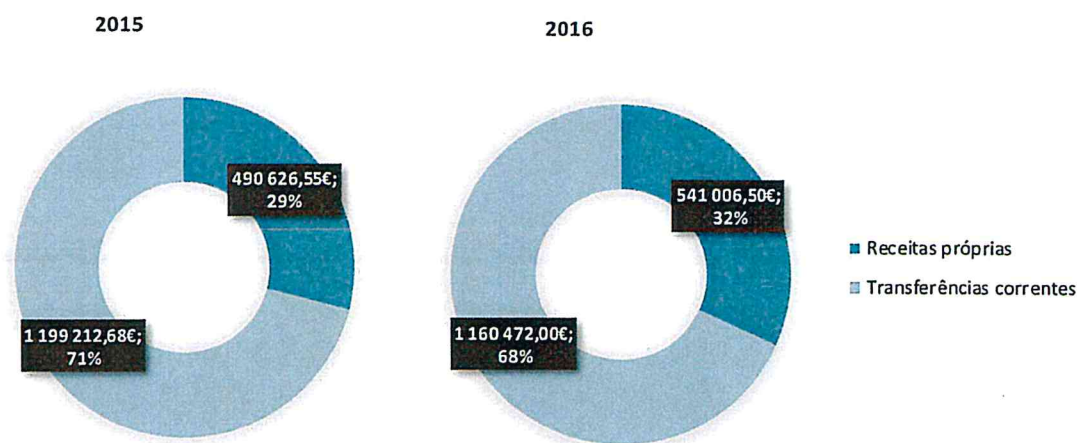
Evolução

Descrição	2015		2016		Variação	
	Execução	Peso (%)	Execução	Peso (%)	Execução	Peso (%)
Receita corrente	1 689 839,23	100,00%	1 701 478,50	100,00%	11 639,27	0,69%
Impostos Diretos	52 039,05	3,08%	73 555,98	4,32%	21 516,93	41,35%
Taxas, multas e outras penalidade:	303 552,09	17,96%	324 642,63	19,08%	21 090,54	6,95%
Rendimentos de propriedade	12,11	0,00%	4,88	0,00%	-7,23	-59,70%
Transferências Correntes	1 199 212,68	70,97%	1 160 472,00	68,20%	-38 740,68	-3,23%
Venda de bens e serviços corrente:	130 548,82	7,73%	123 670,05	7,27%	-6 878,77	-5,27%
Outras receitas correntes	1 200,00	0,07%	16 200,00	0,95%	15 000,00	1250,00%
Reposições não abatidas nos paga	3 274,48	0,19%	2 932,96	0,17%	-341,52	-10,43%
Receita capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total Receita efetiva	1 689 839,23	100,00%	1 701 478,50	100,00%	11 639,27	0,69%

Q.11 - Evolução global da receita cobrada

A receita cobrada, no ano de 2016, manteve-se em termos globais muito idêntica ao arrecadado no ano de 2015, com apenas um ligeiro acréscimo de, aproximadamente, 11,6 mil euros.

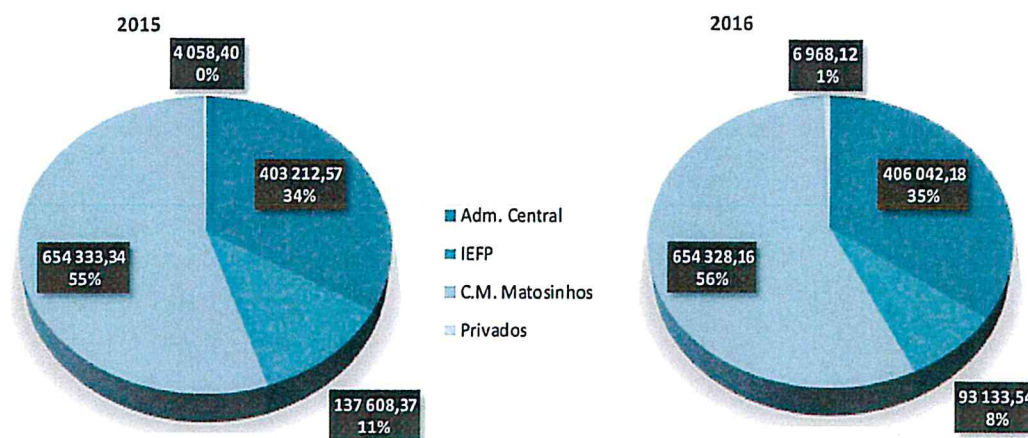
Analisada a receita numa ótica de fontes de financiamento, constatamos que do total de receitas arrecadadas pela autarquia, em 2016, 68% provêm de transferências correntes, sendo as receitas próprias responsáveis pelos restantes 32% do total da receita arrecadada.



F.1 - Evolução da distribuição das fontes de receita

Em termos homólogos, denota-se um relativo reforço da parcela das receitas próprias, fruto do aumento verificado nos impostos diretos cobrados. De referir, que para o cálculo da receita própria, foi considerado, para além das taxas e vendas de bens e serviços cobradas pela autarquia, a receita proveniente do IMI, a qual é cobrada pelos Serviços da Autoridade Tributária que posteriormente transferem para a freguesia a quantia cobrada deduzida dos respetivos encargos com a cobrança.

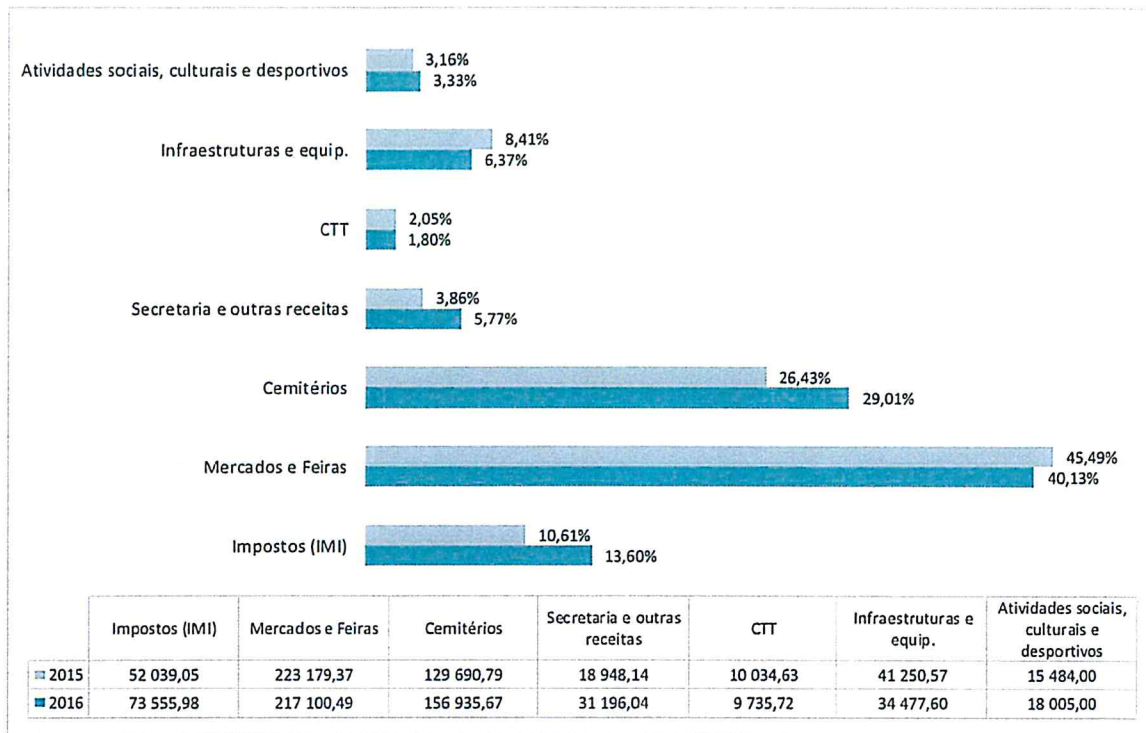
Analisando a distribuição das transferências correntes a favor da Autarquia, verifica-se que do município de Matosinhos provem 56% da receita arrecadada, seguindo-se a Administração Central e o IEFP, com 35% e 8%, respetivamente.



F.2 - Evolução da distribuição das transferências correntes recebidas

Pela análise comparativa dos últimos dois anos, podemos observar na figura anterior uma diminuição do peso da receita proveniente do IEFP, de 11% verificado em 2015 para os atuais 8%. A diminuição verificada, tem justificação pela redução dos programas e acordos comparticipados pelo IEFP, a saber: Gabinete Inserção Profissional, com uma redução de 9.390,51€; Apresentação Quinzenal (-5.345,05€); Contratos Emprego e Inserção e Estágios (-29.739,27€)

Para a análise às receitas próprias, optou-se por agrupar as taxas e venda de bens e serviços por setores de atividade, sendo que do total arrecadado (541.006,50€), cerca de 40% resultam da aplicação de taxas, no âmbito dos Mercados e Feiras, seguindo-se a exploração dos cemitérios com 29%, e a cobrança de Impostos com 13,60%.



F.3 - Evolução da distribuição das receitas próprias

Em comparação com o período homólogo, verifica-se um aumento geral das receitas próprias em 2016 na ordem dos 50,3 mil euros, impulsionado pelo aumento da verba cobrada de IMI a par de um maior número de concessões concretizadas nos cemitérios explorados pela União de freguesias.

Análise da Despesa

Estrutura

A **Despesa Orçamental Paga** foi de aproximadamente **1,5 milhões de euros** e apresenta um desvio de 297.362,95 euros relativamente ao orçamentado, após inclusão do saldo da gerência.

Em termos de despesa efetivamente assumida, **os compromissos assumidos** no período ascenderam a **1.574.223,26 euros**, transitando para o ano seguinte compromissos por pagar, no valor de 58.759,69€. Importa referir que, todos os compromissos a transitar que já deram origem a faturação emitida se encontram dentro dos prazos estipulados para o seu pagamento.

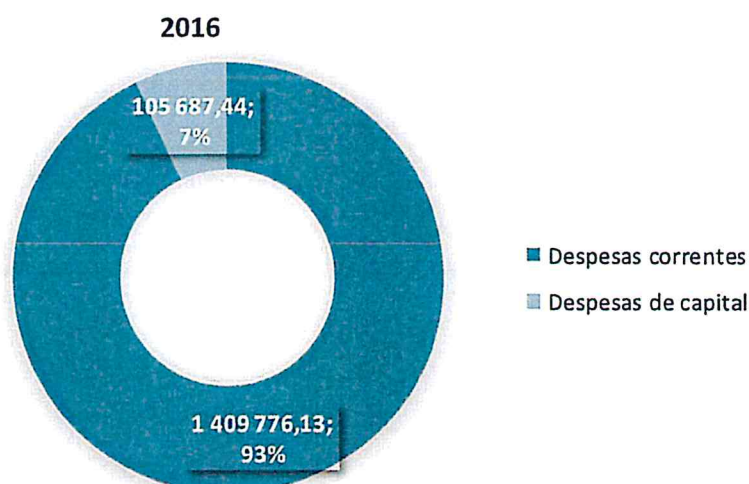
A estrutura e a execução da despesa encontram-se representadas no quadro seguinte, onde estão também evidenciados os capítulos com maior peso na despesa total.

No ano de 2016 revelaram-se como capítulos de maior peso estrutural as *Despesas com pessoal* (40,84%) e a *Aquisição de bens e serviços* que representam, conjuntamente, 38,35% da despesa total paga.

Capítulo	Orçamento corrigido	Execução	Grau de execução	Peso (%)
Despesa com pessoal	648 726,35	619 018,88	95,42%	40,85%
01.01 Remuneração certa/permanente	490 275,76	467 429,97	95,34%	30,84%
01.02 Abonos variáveis ou eventuais	23 395,35	20 889,70	89,29%	1,38%
01.03 Segurança social	135 055,24	130 699,21	96,77%	8,62%
Aquisição de bens e serviços	656 242,65	581 194,99	88,56%	38,35%
02.01 Aquisição de bens	183 984,00	161 094,83	87,56%	10,63%
02.02 Aquisição de serviços	472 258,65	420 100,16	88,96%	27,72%
Transferências correntes	251 270,00	186 043,71	74,04%	12,28%
04.07 Instituições sem fins lucrativos	92 445,00	89 809,76	97,15%	5,93%
04.08 Famílias	158 825,00	96 233,95	60,59%	6,35%
Outras despesas correntes	26 128,00	23 518,55	90,01%	1,55%
06.02 Diversas	26 128,00	23 518,55	90,01%	1,55%
Aquisição de bens de capital	230 459,52	105 687,44	45,86%	6,97%
07.01 Investimentos	230 459,52	105 687,44	45,86%	6,97%
Total	1 812 826,52	1 515 463,57	83,59%	100,00%

Q.12 - Execução orçamental da despesa por classificação económica

Da análise ao quadro anterior verificamos que a despesa paga apresentou um grau de execução de 83,59%, dos quais 93,03% destinaram-se ao pagamento de despesas de natureza corrente. O remanescente (6,97%) foi aplicado no financiamento do investimento, o qual atingiu no ano de 2016 um volume de, aproximadamente, 105,7 mil euros.



F.4 - Distribuição da despesa em correntes e de capital

Evidenciando os capítulos de despesa com maior impacto na despesa total paga, somos a tecer os seguintes comentários:

Despesas com pessoal

As despesas com pessoal constituídas pelo somatório de 3 subagrupamentos de despesa: - *remunerações certas e permanentes; abonos variáveis ou eventuais e encargos com a segurança social*, posicionam-se como o agrupamento de despesa com maior peso, responsáveis por 40,84% do total da despesa paga.

Quanto ao grau de execução anual, o mesmo ascendeu a 95,42%, representativo de uma despesa, em termos absolutos, de 619 018,88€. O ligeiro desvio apurado entre o montante orçado e o executado na ordem dos 29 mil euros, resulta de uma previsão orçamental de despesa com pessoal sem previsão de faltas, bem como à previsão de despesa com o recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho que não se veio a concretizar em 2016.

Com o objetivo de apoiar os órgãos dirigentes, no âmbito da gestão dos recursos humanos, em matéria de composição do pessoal e encargos por vínculo contratual, apresentamos de seguida, quadros indicativos de valores: (para o efeito foi incluído o pessoal ao abrigo de Contratos de Emprego e Inserção e programas estágio que tem enquadramento orçamental na *rubrica 04.08 - famílias*).

	Despesa Realizada	% Distribuição
Eleitos a Tempo Inteiro	44 288,00	8%
Pessoal Quadro	376 955,86	67%
Avença/tarefa (Pessoas Singulares)	46 186,11	8%
Estagiários	3 350,05	1%
Programas Ocupacionais	92 883,90	16%

Q.13 - Massa salarial (apenas consideradas remunerações certas e permanentes)

	N.º Médio	% Distribuição
Eleitos a Tempo Inteiro	1	1%
Pessoal do Quadro	37	54%
Avença/tarefa (Pessoas Singulares)	7	10%
Estagiários	1	1%
Programas Ocupacionais (CEI)	23	34%

Q.14 - Composição do pessoal

No seguimento do disposto no n.º 5, art.º 78º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, recapitulamos as obrigações de envio trimestrais para a DGAL através de aplicação informática SIIAL (Sistema de Informação das Autarquias Locais):

- a) Despesas com pessoal, incluindo contratos de avença e de tarefa, comparando com as realizadas no mesmo período do ano anterior;
- b) Número de admissões de pessoal, a qualquer tipo, e de aposentações, rescisões e outras formas de cessação de vínculo laboral;
- c) Fundamentação de eventuais aumentos de despesa com pessoal, que não resulte de atualizações salariais, cumprimento de obrigações legais ou transferência de competências da administração central.

Desta forma, os aumentos de despesas com pessoal que não resultem de atualizações salariais, cumprimento de obrigações legais ou de transferências de competências da administração central devem ser objeto de justificação.

Realçamos o cumprimento integral de todas as obrigações de reporte em matérias de Recursos Humanos, dentro dos respetivos prazos legalmente estabelecidos pela DGAL.

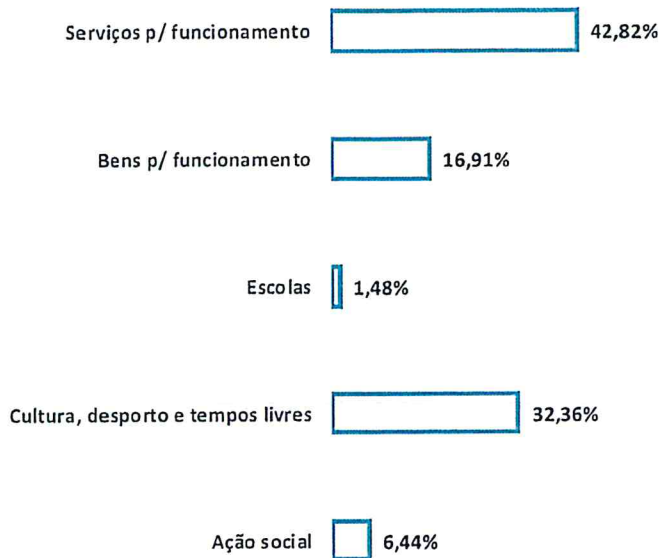
Aquisição de bens e serviços correntes

O capítulo das aquisições de bens e serviços compreende por um lado as despesas de funcionamento necessárias para a atividade normal da autarquia, assim como todos os fornecimentos para a prossecução das competências que lhe foram atribuídas, nomeadamente no âmbito social, cultural e desportivo.

Este agrupamento de despesa revela-se com o segundo maior em termos de peso, com uma afetação orçamental de 38,35% da despesa total, que em termos absolutos representa uma execução de 581 194,99€, dos quais 420 100,16€ se referem à aquisição e subcontratação de serviços.

Analisados os graus da execução orçamental, verifica-se um desvio significativo na aquisição de bens e serviços, que registaram em 2016 um grau de execução conjunto de 88,56%. Este desvio espelha o controlo orçamental exercido na contenção das despesas desta natureza, permitindo assim reduzir o seu consumo face ao inicialmente expectável em aproximadamente 75 mil euros.

Atendendo à natureza muito diversa da despesa efetuada com a aquisição de bens e serviços, de seguida apresenta-se graficamente a sua distribuição em agrupamentos de despesa em função de objetivos de custo, relevantes para uma análise mais pormenorizado da afetação dos bens e serviços adquiridos.



	Ação social	Cultura, desporto e tempos livres	Escolas	Bens p/ funcionamento	Serviços p/ funcionamento
2016	37 405,76	188 047,09	8 620,98	98 271,56	248 849,60

F.5 - Distribuição da despesa com aquisição de bens e serviços por objetivos

Investimentos / Plano Plurianual de Investimentos (PPI)

O plano Plurianual de Investimentos tem um horizonte móvel de 4 anos e inclui todos os projetos a realizar no âmbito dos objetivos estabelecidos pela Autarquia e explicita a respetiva previsão de despesa.

O conteúdo do Plano Plurianual de Investimentos, atendendo ao enquadramento legal estabelecido, reporta, apenas, aos projetos/ações financiados por despesas de investimento (07 – Aquisição de Bens de Capital), os quais constituem a globalidade dos investimentos a realizar pela União de Freguesias de Custóias, Leça do Balio e Guifões no ano 2014 e seguintes.

Da análise ao Mapa “Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos”, anexo ao presente relatório, podemos observar que o valor do Orçamento destinado a **investimento autárquico, no ano 2016, totalizou cerca de 230,5 mil euros**, distribuído por **40 Projetos** de intervenção nas mais diversas áreas de atuação da Freguesia.

Em termos de execução, o Plano Plurianual de Investimentos apresenta, um nível de execução Anual e Global de **45,85%** e **78,29%**, respetivamente, que em termos absolutos representa um **Investimento Global de 450.078,31€**.

Analisando o investimento ocorrido em 2016, o mesmo totalizou 105 687,44€, destacando-se como projetos de maior impacto orçamental:

- ✓ Projeto/Ação n.º 2015/43 – remodelação do espaço de arquivo, posto CTT e gabinetes (edifício sede) – 32 805,15 €;
- ✓ Projeto/Ação n.º 2014/06 – substituição da cobertura do edifício administrativo de Custóias – 31 185,20 €;
- ✓ Projeto/Ação n.º 2015/23 – ferramentas e utensílios diversos – 9 624,14 €;
- ✓ Projeto/Ação n.º 2015/31 – aquisição de diverso equipamento administrativo – 5 210,61 €;
- ✓ Projeto/Ação n.º 2014/05 – requalificação do salão do edifício de Leça do Balio – 5 176,46 €;

Evolução

Descrição	2015		2016		Variação	
	Execução	Peso (%)	Execução	Peso (%)	Execução	Peso (%)
Despesa corrente	1 514 365,89	89,46%	1 409 776,13	93,03%	-104 589,76	-6,91%
Despesas com pessoal	606 035,24	35,80%	619 018,88	40,85%	12 983,64	2,14%
Aquisição de bens e serviços	633 926,37	37,45%	581 194,99	38,35%	-52 731,38	-8,32%
Transferências correntes	243 234,61	14,37%	186 043,71	12,28%	-57 190,90	-23,51%
Outras despesas correntes	31 169,67	1,84%	23 518,55	1,55%	-7 651,12	-24,55%
Despesa de capital	178 435,34	10,54%	105 687,44	6,97%	-72 747,90	-40,77%
Aquisição de bens de capital	178 435,34	10,54%	105 687,44	6,97%	-72 747,90	-40,77%
Total Despesa efetiva	1 692 801,23	100,00%	1 515 463,57	100,00%	-177 337,66	-10,48%

Q.15 - Evolução global da despesa paga

Efetuada a análise comparativa com o ano de 2015, verifica-se uma redução global da despesa na ordem dos 177 mil euros, repercutido numa diminuição das despesas correntes e de capital de 104.589,76€ e 72.747,90€, respetivamente.

As despesas com pessoal apresentam, em 2016, uma variação de aproximadamente 13 mil euros relativamente ao ano anterior, representando um aumento de 2,14pp.

Descrição	2015	2016	Variação	
			Valor	%
Despesas com pessoal				
Remunerações certas e permanentes	452 060,33	467 429,97	15 369,64	3,40%
Abonos variáveis e eventuais	19 563,98	20 889,70	1 325,72	6,78%
Contribuições para Segurança Social	134 410,93	130 699,21	-3 711,72	-2,76%
Total	606 035,24	619 018,88	12 983,64	2,14%

Q.16 - Evolução das despesas com pessoal

Da análise ao quadro anterior podemos observar que a variação verificada tem relevo no subagrupamento de despesa “remunerações certas e permanentes”, o qual resulta da reversão da redução remuneratório sobre os vencimentos e, ainda, a um aumento da despesa assumida com contratos de avença e tarefa.

As despesas com aquisição de bens e serviços apresentam, em 2016, uma redução de 52,7 mil euros relativamente ao ano anterior, representando em termos percentuais uma variação de 8,32pp.

Descrição	2015	2016	Variação	
			Valor	%
Aquisição de bens				
Combustíveis	25 578,57	18 095,43	-7 483,14	-29,26%
Limpeza e higiene	6 883,11	5 431,03	-1 452,08	-21,10%
Ação Social	43 206,01	37 405,76	-5 800,25	-13,42%
Vestuário e artigos pessoais	1 484,80	1 648,84	164,04	11,05%
Material de escritório	8 565,21	9 600,06	1 034,85	12,08%
Material de transporte - Peças	361,05	547,59	186,54	51,67%
Outro material - Peças	4 073,88	3 821,59	-252,29	-6,19%
Prémios, condecorações e ofertas	8 644,15	15 487,22	6 843,07	79,16%
Ferramentas e utensílios	3 560,08	1 538,96	-2 021,12	-56,77%
Livros e documentação técnica	20,00	73,48	53,48	267,40%
Material de educação, cultura e recreio	1 633,00	1 914,00	281,00	17,21%
Rede viária, Cemitérios, Infraestruturas e equip.	52 840,69	36 737,09	-16 103,60	-30,48%
Escolas	17 701,09	8 620,98	-9 080,11	-51,30%
Atividades Sociais, Culturais e Desportivas	25 080,16	16 796,53	-8 283,63	-33,03%
Diversos	3 123,68	3 376,27	252,59	8,09%
Aquisição de serviços				
Encargos com instalações	42 965,51	30 371,63	-12 593,88	-29,31%
Limpeza e manutenção de arruamentos	50 986,37	51 001,81	15,44	0,03%
Conservação de bens e equipamentos	24 839,79	23 533,96	-1 305,83	-5,26%
Locação de outros bens	1 526,43	474,78	-1 051,65	-68,90%
Comunicações	25 674,03	26 688,10	1 014,07	3,95%
Transportes	31 964,90	21 602,76	-10 362,14	-32,42%
Seguros	14 932,31	16 870,29	1 937,98	12,98%
Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	28 473,17	34 771,94	6 298,77	22,12%
Formação	190,00	1 458,34	1 268,34	667,55%
Publicidade	9 767,73	11 798,16	2 030,43	20,79%
Vigilância e segurança	30 926,92	25 570,43	-5 356,49	-17,32%
Assistência técnica	12 589,13	8 045,63	-4 543,50	-36,09%
Outros trabalhos especializados	5 836,92	6 174,08	337,16	5,78%
Serviços de saúde	3 290,36	2 502,14	-788,22	-23,96%
Actividades Sociais, Culturais e Desportivas	138 068,78	151 933,89	13 865,11	10,04%
Outras serviços	9 138,54	7 302,22	-1 836,32	-20,09%
Total	633 926,37	581 194,99	-52 731,38	-8,32%

Q.17 - Evolução das despesas com aquisição de bens e serviços

Como já anteriormente referido e verificável pelo quadro anterior, a redução verificada deveu-se a um controlo orçamental exercido na contenção das despesas desta natureza, permitindo assim a redução do consumo, nomeadamente em despesas com as instalações (água e eletricidade), combustíveis, transportes e material de construção diverso para pequenas reparações e conservações na freguesia.

As despesas com transferências correntes apresentam, em 2016, uma descida acentuada de 23,51pp relativamente ao ano anterior, representando em termos absolutos uma variação de aproximadamente 57,2 mil euros.

Descrição	2015	2016	Variação	
			Valor	%
Transferências correntes				
Apoio a coletividades/Inst. sem fins lucrativos	67 205,00	89 809,76	22 604,76	33,64%
Programas estágio	6 022,18	3 350,05	-2 672,13	-44,37%
Programas ocupacionais	170 007,43	92 883,90	-77 123,53	-45,36%
Total	243 234,61	136 043,71	-57 190,90	-23,51%

Q.18 - Evolução das transferências correntes concedidas

Pela análise às rubricas que compõem este agrupamento de despesa elencadas no quadro anterior, somos a destacar as despesas com programas ocupacionais que, em 2016, apresentaram uma redução em cerca de 77 mil euros, traduzido numa variação de 45,36pp. A variação ocorrida deveu-se a uma redução na celebração do número de Contratos de Emprego e Inserção +.

Em contrapartida, destacam-se os apoios financeiros concedidos a diversas coletividades de carácter social, cultural e desportivo com um crescimento na ordem dos 22,6 mil euros.



F.6 - Evolução da estrutura da despesa paga

A análise à estrutura das despesas, representadas na figura anterior, permite realçar o peso das despesas com pessoal, que representam 40,85% na despesa total paga em 2016. Este agrupamento aumentou o seu peso na despesa total em relação ao ano anterior, ultrapassando o agrupamento da aquisição de bens e serviços. Assinala-se, ainda, que as despesas com pessoal em conjunto com a aquisição de bens e serviços, representam 79,20% da despesa total paga.

Operações de tesouraria

O Mapa de Operações de Tesouraria reflete para cada uma das rubricas, as responsabilidades perante terceiros decorrentes da Gerência Anterior, os movimentos ocorridos durante o ano de 2016, bem como as responsabilidades que transitam para o período seguinte.

Código	Designação	Saldo Gerência Anterior	Movimento Anual		Saldo Gerência Seguinte
			Débito	Crédito	
17.01.01	Imposto de selo	0,00	4,86	4,86	0,00
17.01.02	IRS - Trabalho Dependente	1 809,00	25 351,00	25 533,00	1 991,00
17.01.03	IRS - Trabalho Independente	71,11	858,94	944,97	157,14
17.01.04	Sobretaxa extraordinária de IRS	122,00	523,00	437,00	36,00
17.01.05	ADSE	-14,61	10 252,22	10 246,05	-20,78
17.01.06	Caixa Geral de Aposentações	1 943,85	25 425,83	25 398,62	1 916,64
17.01.08	Segurança Social	1 489,55	17 951,44	17 875,43	1 413,54
17.01.09	STAL	-16,47	410,28	410,28	-16,47
17.01.10	STEESP	2,34	653,88	653,88	2,34
17.02.01	Cauções e garantias de fornecedores	702,50	0,00	375,00	1 077,50
17.02.02	Penhoras	0,00	2 944,73	3 014,84	70,11
17.02.03	Polícia Segurança Pública	5,00	9,50	9,50	5,00
17.02.04	Outras	0,00	10 187,79	10 187,79	0,00
Total		6 114,27	94 573,47	95 091,22	6 632,02

Q.19 - Mapa de operações de tesouraria

Do exame efetuado aos documentos que suportam os movimentos, contas correntes de Operações de Tesouraria e da observação ao quadro anterior, podemos concluir:

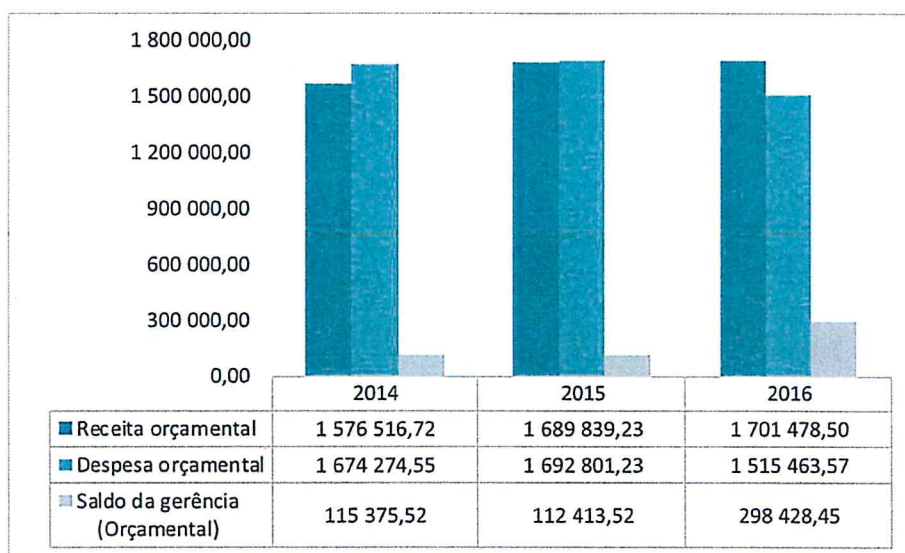
- A autarquia transitou do exercício de 2015, com um total de responsabilidades fixo em 6.114,27 €;
- Durante 2016, foram retidos valores num total de 95.091,22 €, assim como entregues valores fixos no montante de 94.573,47 €, encontrando-se em débito 5.554,52 € respeitante aos descontos e retenções efetuadas no processamento de vencimentos de dezembro, acrescido de 1 077,50 € relativo a cauções e garantias de fornecedores e, ainda de uma coima no montante de 5,00€ que reverte a favor da PSP.

Conta de gerência

Descrição	Operações orçamentais	Operações de tesouraria	Total
Saldo transitado de 2015	112 413,52	6 114,27	118 527,79
Receitas cobrada	1 701 478,50	95 091,22	1 796 569,72
Despesas pagas	1 515 463,57	94 573,47	1 610 037,04
Saldo a transitar para 2017	298 428,45	6 632,02	305 060,47

Q.20 - Resumo da conta de gerência

O saldo a transitar para a gerência seguinte é de 305 060,47€, decomposto em 298 428,45€ de saldo de operações orçamentais e 6 632,02€ de saldo de operações de tesouraria.



F.7 - Evolução dos recebimentos, pagamentos e saldo de gerência

A comparação dos recebimentos, pagamentos e consequente saldo orçamental apurado no último triénio permite-nos aferir de uma tendência crescente da receita orçamental, registando uma variação positiva de 124 961,78€ (7,92pp).

A despesa orçamental apresenta em 2016 uma descida acentuada face ao verificado nos dois períodos anteriores, anos em que se realizou uma maior execução do Plano Plurianual de Investimentos.

O crescimento mais acentuado da receita comparativamente com a despesa permitiu originar um incremento ao saldo da gerência, tendo este aumentado, no ultimo triénio, mais de 2,5 vezes.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Os Documentos de Prestação de Contas são apresentado em obediência à Resolução n.º 4/2001 – 2ª Secção – Tribunal de Contas, com as necessárias adaptações introduzidas pela Resolução n.º 3/2016 de 13 de dezembro de 2016 – Prestação de contas ao Tribunal relativas ao ano de 2016 e gerências partidas de 2017, no DR 2ª Série, n.º 13, de 18 de janeiro de 2017.

Em conformidade com as resoluções referidas e restantes obrigações declarativas previstas na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, resultam para a União das Freguesias de Custóias, Leça do Balio e Guifões como elementos de prestação de contas, os seguintes documentos apresentados em anexo ao presente relatório.

ANEXO I – Resumo orçamento (7.2 - POCAL)

ANEXO II – Controlo orçamental da despesa (7.3.1 - POCAL)

ANEXO III – Controlo orçamental da receita (7.3.2 - POCAL)

ANEXO IV – Execução do Plano Plurianual de Investimentos (7.4 - POCAL)

ANEXO V – Fluxos de caixa e contas de ordem (7.5 - POCAL)

ANEXO VI – Operações de tesouraria (7.6 - POCAL)

ANEXO VII – Caracterização da entidade (8.1 - POCAL)

ANEXO VIII – Modificações do orçamento – receita (8.3.1.1 - POCAL)

ANEXO IX – Modificações do orçamento – despesa (8.3.1.2 - POCAL)

ANEXO X – Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos (8.3.2 - POCAL)

ANEXO XI – Outras dívidas a terceiros (8.3.6.2 - POCAL)

ANEXO XII – Resumo diário de tesouraria (12.2.9 - POCAL)

ANEXO XIII – Síntese das reconciliações bancárias (7.2 - POCAL)

ANEXO XIV - Declaração de responsabilidade (Resolução n.º 3/2016 - TC)

ANEXO XV - Compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro (Art.º 15.º, Lei nº 8/2012 – LCPA)

ANEXO XVI - Pagamentos em atraso existentes a 31 de dezembro (Art.º 15.º, Lei nº 8/2012 – LCPA)

Com a colaboração



Praceta D. Nuno Álvares Pereira, 20 4.º EW
4450-218 Matosinhos
T. +351 229 398 600
F. +351 229 398 609